

## EMENTAS JURISPRUDENCIAIS:

### Identificação de Teses e Redação de Enunciados

#### Turma STJ

Instrutora: Kalyani Muniz Coutinho Pimentel

## Sumário

### PRIMEIRA ETAPA: ESTUDO DO ACÓRDÃO E DO PRECEDENTE JUDICIAL

#### MAPA DO TEMA ..... 4

### PARTE I – ANÁLISE SISTEMATIZADA DA INFORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA

#### PONTO 1: A JURISPRUDÊNCIA COMO INFORMAÇÃO SISTEMATIZADA NA ERA DA COMUNICAÇÃO VIRTUAL.....6

*Conceitos de jurisprudência*

*Importância da jurisprudência como informação*

*Era da Comunicação Digital*

*Metodologias para organização da jurisprudência*

*Papel das bases de jurisprudência*

#### PONTO 2: O ESTUDO DO ACÓRDÃO COMO FONTE DA TESE JURISPRUDENCIAL.....8

*Sistema Jurídico em transição*

*O precedente Jurisprudencial*

### PARTE II – FASE DE TRADUÇÃO DO ACÓRDÃO ..... 9

#### PONTO 1: NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE ACÓRDÃOS ..... 9

*Conceito*

*A estrutura do acórdão no Sistema jurídico brasileiro*

#### PONTO 2: ESTRUTURA LÓGICA DO ACÓRDÃO (ELEMENTOS ESSENCIAIS).....10

*Relatório ..... 10*

*Fundamentação..... 11*

*Dispositivo ..... 15*

#### PONTO 3: ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS DECISÕES COLEGIADAS ..... 17

*Premissas lógico-argumentativas dos votos..... 17*

*Congruência de argumentação..... 17*

*Congruência de resultado..... 18*

*Tipologia dos votos..... 19*

**PARTE III – PRÁTICA ..... 21**

**SEGUNDA ETAPA: ESTUDO DA EMENTA JURISPRUDENCIAL**

**PARTE I – COMPREENDENDO A FUNÇÃO DOS RESUMOS  
JURISPRUDENCIAIS ..... 22**

PONTO 1: SISTEMATIZADORES DA JURISPRUDÊNCIA E FUNÇÃO DO PRECEDENTE .....	22
<i>Papel dos sistematizadores de jurisprudência.....</i>	22
<i>Jurisprudência Sistematizada e Pesquisa Jurídica.....</i>	23
<i>O precedente jurisprudencial.....</i>	23

PONTO 2: A REPRESENTAÇÃO DE TESES JURÍDICAS EM RESUMOS JURISPRUDENCIAIS.....	23
<i>Fatores de desconhecimento quanto ao tratamento sistematizado das teses     jurisprudenciais.....</i>	23
<i>Conceitos documentários de tratamento da informação jurídica .....</i>	24
<i>O resumo jurisprudencial.....</i>	25

PONTO 3: ESPÉCIES DE RESUMOS JURISPRUDENCIAIS OFERECIDAS EM BASES DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA (STJ).....	25
<i>Ementas .....</i>	26
<i>Enunciados de jurisprudência.....</i>	27
<i>Informativos de Jurisprudência .....</i>	27
<i>Entendimentos de Jurisprudência.....</i>	28

**PARTE II – FASE DE TRADUÇÃO DA EMENTA..... 29**

PONTO 1: ESTRUTURA DA EMENTA .....	29
<i>Verbeteção .....</i>	29
<i>Dispositivo .....</i>	30
<i>Conclusão.....</i>	31
<i>Fonte .....</i>	32

PONTO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS EMENTAS.....	32
<i>Quanto à variedade de temas .....</i>	32
<i>Quanto ao tipo temático.....</i>	33
<i>Quanto à esfera de abrangência .....</i>	34
<i>Quanto à forma de apresentação .....</i>	35

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

PONTO 3: CARACTERÍSTICAS DAS EMENTAS.....	36
<b>PARTE III – FASE DE ANÁLISE CONCEITUAL DA EMENTA .....</b>	<b>37</b>
PONTO 1: METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE EMENTAS.....	37
<i>Metodologia integradora do resumo com a função do precedente judicial</i> <i>(PIMENTEL, 2013)</i> .....	37
<i>Esquemas de análise</i> .....	39
OFICINAS DE PRODUÇÃO: OVERVIEW.....	43
<i>Anexo: Planilha para auxiliar na identificação dos elementos da tese</i> .....	44
<i>Mensagem ao aluno</i> .....	45

**CURSO DE ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS:  
Identificação de teses e redação de enunciados  
2018**

**MAPA DO TEMA**

1. *Instrutora: Kalyani Muniz Coutinho Pimentel*
2. Turma: Superior Tribunal de Justiça
3. *Público-alvo*: profissionais que trabalham com análise de acórdãos e elaboração de ementas jurisprudenciais (ou outros tipos de resumos jurisprudenciais) nos setores de documentação jurídica e de jurisprudência, ou em gabinetes dos ministros do STJ.
4. *Objetivo*: desenvolver competências profissionais para:
  - identificar as teses jurisprudenciais do acórdão;
  - organizar as teses jurisprudenciais do acórdão;
  - garantir a recuperação eficiente das informações;
  - assegurar a identificação do raciocínio lógico-jurídico do julgado;
  - resumir as teses de forma sistematizada na ementa.
5. *Conteúdo programático*:

**PRIMEIRA ETAPA: ESTUDO DO ACÓRDÃO E DO PRECEDENTE JUDICIAL**

**PARTE I – ANÁLISE SISTEMATIZADA DA INFORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA**

Ponto 1: A Jurisprudência como informação sistematizada na era da Comunicação Virtual

Ponto 2: O estudo do acórdão como fonte da tese jurisprudencial

**PARTE II – FASE DE TRADUÇÃO DO ACÓRDÃO**

Ponto 1: Noções preliminares sobre acórdãos

Ponto 2: Estrutura lógica do acórdão (elementos essenciais)

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

Ponto 3: Análise do conteúdo das decisões colegiadas

### **PARTE III – PRÁTICA**

Oficina de produção: encontro presencial

*Estudo de caso - Leitura do acórdão e mapeamento de seus elementos lógico-jurídicos.*

## **SEGUNDA ETAPA: ESTUDO DAS EMENTAS JURISPRUDENCIAIS (RESUMO)**

### **PARTE I – COMPREENDENDO A FUNÇÃO DOS RESUMOS JURISPRUDENCIAIS**

Ponto 1: Sistematizadores da Jurisprudência e função do precedente

Ponto 2: A representação de teses jurídicas em resumos jurisprudenciais

Ponto 3: Espécies de resumos jurisprudenciais oferecidas em bases de pesquisa de jurisprudência (STJ)

### **PARTE II – FASE DE TRADUÇÃO DA EMENTA**

Ponto 1: Estrutura da ementa

Ponto 2: Classificação das ementas

Ponto 3: Características das ementas

### **PARTE III – FASE DE ANÁLISE CONCEITUAL DA EMENTA**

Ponto 1: Metodologia para elaboração de ementas

### **PARTE IV – PRÁTICA**

Oficina de produção: encontro presencial - *revisão sistematizada/ atividades práticas*

Oficina de produção: encontro presencial - *atividades práticas*

## **PARTE I – ANÁLISE SISTEMATIZADA DA INFORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA**

*“O elo entre os tribunais e o povo é a palavra escrita”*  
(Federal Judicial Center, 1991, p. vii).

### **REFLEXÃO**

O que é uma ementa?

Para que serve uma ementa?

Como seria uma ementa ideal?

Por que aprender técnicas de elaboração de ementas?

## **PONTO 1: A JURISPRUDÊNCIA COMO INFORMAÇÃO SISTEMATIZADA NA ERA DA COMUNICAÇÃO VIRTUAL**

### **Conceitos de jurisprudência**

**DINIZ** (2003): “Jurisprudência é o conjunto de decisões uniformes e constantes dos tribunais, resultante da aplicação de normas a casos semelhantes constituindo uma norma geral aplicável a todas as hipóteses similares e idênticas”. (Fonte do Direito)

**VENOSA** (1984): Jurisprudência é fonte subsidiária de informação.

### **Importância da jurisprudência como informação**

**Jurisprudência divulgada:** vetor da transparência, democratização e fiscalização social.

Destaca-se o **fenômeno de supervalorização da prática da pesquisa jurídica**: sistematização e divulgação das teses jurisprudenciais firmadas pelos tribunais (PIMENTEL, 2013).

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

*Lei de Acesso à Informação*

**Lei Federal n. 12.527/2011 Art. 1º. Parágrafo único.** “Subordinam-se ao regime desta Lei: I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

*Princípio da Publicidade*

Nota-se um esforço dos tribunais de, adequando-se à orientação legal, **aperfeiçoarem sistemas padronizados e eficazes** que disponibilizem a jurisprudência produzida, trazendo a lume o **entendimento sobre as questões de direito firmadas no julgamento dos casos concretos** (PIMENTEL, 2013).

**Art. 197 do CPC/2015.** “Os tribunais divulgarão as informações constantes de seu sistema de automação em página própria na rede mundial de computadores, gozando a divulgação de presunção de veracidade e confiabilidade.”

**Art. 927, §5º, do CPC/2015.** “Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por **questão jurídica decidida** e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.”

**Era da comunicação digital**

**Proliferação da informação jurídica:** inclui-se neste montante acórdãos e decisões dos tribunais.

**Disponibilização pelos tribunais** de cópias das decisões na Internet e manutenção de bases de dados pesquisáveis.

**Desafio de organizar tais informações:** para garantir o acesso do pesquisador ao entendimento das Cortes sobre determinada matéria e a identificação do raciocínio lógico-jurídico do julgado que será extraído do precedente.

**Dilema:** oferta excessiva de informações x tempo escasso para leitura.

Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.

### **Papel das bases de jurisprudência**

**Função:** permitir o acesso, a identificação e a recuperação das teses jurídicas contidas nos precedentes dos tribunais e que sejam relevantes às necessidades informativas do usuário.

## **PONTO 2: O ESTUDO DO ACÓRDÃO COMO FONTE DA TESE JURISPRUDENCIAL**

### **Sistema Jurídico em transição**

**Mudança de eixo:** a centralização deixa de estar na Legislação e passa a estar na Jurisdição, e o trabalho jurisdicional agora se torna o centro desse eixo (Cf. FERRAZ JR., 2012).

**Influência:** sistema jurídico anglo-saxão (*Common Law*).

**Sistema em evolução:** gênese do Sistema Brasileiro de Precedentes (art. 927 do CPC/2015).

**Art. 927, CPC/2015.** *Os juízes e os tribunais observarão:*

*I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;*

*II - os enunciados de súmula vinculante;*

*III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;*

*IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;*

*V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.*



## **PARTE II - FASE DE TRADUÇÃO DO ACÓRDÃO**

### **PONTO 1: NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE ACÓRDÃOS**

**Conceito:** o Código de Processo Civil conceitua o acórdão como sendo o julgamento proferido pelos tribunais:

**Art. 204 do CPC/2015.** *“Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.”*

**Art. 204, § 3º, CPC/2015.** *“Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.”*

#### **A estrutura do acórdão no Sistema jurídico brasileiro**

**Colegialidade:** ato decisório emanado por órgão colegiado de um tribunal.

**Constituição:** o acórdão constitui a conclusão dos votos proferidos no julgamento pelos julgadores.

**Natureza jurídica:** ato administrativo normativo.

**Estrutura lógica:** a decomposição da decisão judicial (sentença ou acórdão) segue a estrutura lógica enunciada no artigo 489, **caput**, do Código de Processo Civil/2015.

**Art. 489, CPC/2015.** *São elementos essenciais da sentença:*

*I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;*

*II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;*

*III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.*

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

## **PONTO 2: A ESTRUTURA LÓGICA DO ACÓRDÃO (ELEMENTOS ESSENCIAIS)**

### **Decomposição das decisões colegiadas**

**Elementos essenciais do acórdão:** relatório, fundamentação e dispositivo.

**Estrutura:** importante registrar a forma como a decisão (sentença ou acórdão) tradicionalmente se decompõe:

### **RELATÓRIO**

#### **Conceito:**

*“Parte inicial ou preambular da sentença, entende-se a exposição minuciosa de todas as circunstâncias que elementarizam o feito e a sua tramitação.*

*(...)*

*Segundo Pontes de Miranda, o relatório é a **história relevante do processo**.”* (DE PLÁCIDO E SILVA, 2008, P.630).

Antes de expor os fundamentos e a parte dispositiva, o julgador procederá à redação do relatório, que:

**Escopo:** *“Conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo”.*

#### **Requisitos do relatório (art.489, I, CPC/2015):**

1. **nomes e identificação do caso:** identificação da demanda;
2. **suma do pedido e da contestação:** revela a posição das partes no processo e estabelece os limites do julgamento;
3. **registro das principais ocorrências** havidas no andamento do processo.

**Importância para julgamento:** do relatório, pode-se deduzir se o juiz atentou para determinado argumento da parte ou interessado, para algum documento ou ponto ressaltado em parecer do Ministério Público, etc.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**Ausência de relatório:** decisão pode ser declarada nula até mesmo de ofício, pela instância recursal.

**Decisão com relatório insuficiente:** decisão não será declarada nula se não acarretar prejuízo às partes.

**Trânsito em julgado de decisão sem relatório:** vício convalece. (cf. FIDÉLIS DOS SANTOS, p.216).

**Adoção, no relatório, de relatório de outra decisão:**

*“Não é nulo o acórdão que se limita a adotar como relatório o da sentença, desde que no seu corpo tenham sido examinadas todas as questões suscitadas pelo recorrente”* (RTJ 103/784, p.786). (Código de Processo Civil e Legislação processual em vigor. Nota ao art. 489-14a. Theotônio Negrão, José Roberto F at all. 47. Ed. atual e reform. São Paulo: Saraiva, 2016.p.513).

## **FUNDAMENTAÇÃO**

**Previsão constitucional:**

Constituição Federal, art. 93, IX - *“Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”*.

**Previsão legal:** O CPC determina que a sentença ou o acórdão deverão ser fundamentados.

**Art. 11, CPC/2015.** *Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.*

## **Requisitos legais previstos no Código de Processo Civil/2015**

**Art. 489.** *São elementos essenciais da sentença:*

**II – os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;**

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**Art. 489, § 1º, CPC/2015.** *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

*I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;*

*II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;*

*III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;*

*IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;*

*V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

**Escopo:** o julgador deverá expor as razões pelas quais acolhe ou rejeita o pedido formulado na petição inicial, analisando as **questões de fato e de direito**.

**Falta de fundamentação:** torna a decisão nula, devendo o julgador pronunciar-se sobre todas as **questões essenciais** que possam repercutir sobre o resultado, sob pena desta ser considerada *infra petita*.

### **Decisão sem fundamentação (vazia)**

**Art. 489, § 1º, CPC/2015.** *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: (omissis)*

**Corrente majoritária:** trata-se de decisão nula.

**Corrente minoritária:** trata-se de decisão inexistente.

**Fundamentação concisa ou sucinta:** é válida, desde que contenha fundamentação adequada ao caso (enfrentamento da questão).

### **Fundamentação implícita:**

Não se admitem, no direito brasileiro, decisões implícitas. As decisões devem ser fundamentadas expressamente, sob pena de violação ao art. 93, IX, da CF, e ao art. 489, §1º, do CPC/2015.

**Fundamentação *per relationem* (aliunde, por referência ou por remissão)**

É aquela em que, ao invés de desenvolver, originalmente, argumentos para o julgamento, reporta-se o julgador aos fundamentos desenvolvidos em outro local, normalmente em um precedente jurisprudencial ou outro julgado do mesmo órgão.

**Art. 489, § 1º, CPC/2015.** *Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:*

*I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;*

**Requisitos para validade:**

**Imparcialidade:** não seja a desenvolvida por uma das partes (aí inserido o Ministério Público, quando esteja atuando como parte), já que, naturalmente, tal argumentação não terá sido desenvolvida de modo imparcial;

**Particularização:** indicação das circunstâncias que justifiquem o manejo da técnica, com as particularidades que identificam a hipótese julgada à referida, não se podendo admitir a mera repetição. (MEDINA, p.395).

**Art. 489, § 1º, II CPC/2015-** *empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;*

**Exemplos de conceitos jurídicos indeterminados:** ordem pública, interesse coletivo, justa indenização, razoabilidade, proporcionalidade.

*“Impende, assim, em cada caso concreto em que se tenha de aplicar um desses conceitos, que o órgão jurisdicional **indique os parâmetros empregados em sua interpretação, estabelecendo o motivo concreto pelo qual é ele aplicado** – nos termos em que compreendido – no caso concreto. Afinal, se o conceito jurídico é indeterminado, **sua aplicação no caso concreto deve dar-se de forma determinada**, precisa, a fim de permitir que se encontre, na fundamentação da decisão, elementos que levem a afirmar que aquela era a decisão correta para o caso concreto posto sobre julgamento.”* (Câmara, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2015. Pp. 277/278).

**Art. 489, § 1º, III, CPC/2015** - *invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;*

Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.

Traduz os casos de **fundamentação meramente formal**.

‘É nula a decisão em que, pelo exame de sua fundamentação, se verifica que o juiz decidiu outra demanda, e não a que estava afeta ao seu pronunciamento (RSTJ 134/62, RJTJERGS 167/408). (Theotônio Negrão, nota ao art. 489:16, p.514).

**Art. 489, § 1º, CPC/2015, IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;**

**Fórum Permanente de Processualistas Cíveis - FPPC, Enunciado 305.** “(arts. 489, § 1º, IV, 984, §2º, 1.038, § 3º). No julgamento de casos repetitivos, o tribunal deverá enfrentar todos os argumentos contrários e favoráveis à tese jurídica discutida, inclusive os suscitados pelos interessados<sup>75</sup>. (Grupo: Precedentes; redação revista no V FPPC-Vitória)”.

**Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, Enunciado 12.** “Não ofende a norma extraível do inciso IV do § 1º do art. 489 do CPC/2015 a decisão que deixar de apreciar questões cujo exame tenha ficado prejudicado em razão da análise anterior de questão subordinante.” (aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil, em 28.8.2015).

**ENFAM, Enunciado 13.** “O art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 não obriga o juiz a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já tenham sido enfrentados na formação dos precedentes obrigatórios.” (aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil, em 28.8.2015).

**Art. 489, § 1º, CPC/2015, V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;**

Consiste na “tendência a simplesmente seguir enunciados jurisprudenciais, sem se certificar quanto ao encaixe de seus pressupostos aos presentes no caso submetido a julgamento”. (MEDINA, 2016, fl.777).

**Art. 489, § 1º, CPC/2015, VI** - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

“Equivale à situação em que o magistrado “não se deixar guiar por orientação firmada na jurisprudência, sem demonstrar que o caso a ser julgado é diferente (**distinguishing**) ou que a orientação referida encontra-se superada (**overruling**)” (MEDINA, 2016, p.777).

**FFPC, Enunciado 305.** “(arts. 927, §1º, 489, §1º, V e VI, e 10) As normas sobre fundamentação adequada quanto à distinção e superação e sobre a observância somente dos argumentos submetidos ao contraditório são aplicáveis a todo o microssistema de formação dos precedentes. (Grupo: Precedentes, IRDR, Recursos Repetitivos e Assunção de competência)”.

**ENFAM, Enunciado 13.** “É ônus da parte, para os fins do disposto no art. 489, § 1º, V e VI, do CPC/2015, identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento, sempre que invocar jurisprudência, precedente ou enunciado de súmula.” (aprovado no Seminário “O Poder Judiciário e o Novo Código de Processo Civil, em 28.8.2015).

## **DISPOSITIVO**

**Conceito:** parte final da decisão, onde o julgador irá decidir se acolherá ou rejeitará o pedido, ou se extinguirá o processo sem examiná-lo.

**Escopo:** representa a conclusão do juiz, em que verificará se a pretensão formulada pelo autor na petição inicial pode ou não ser apreciada e, em caso afirmativo, se pode ou não ser acolhida (DONIZETTI, 2010).

**Previsão legal:** art. 489, inciso III, do CPC – “o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.”

**Questão:** nesse sentido, assume o caráter de “pedido”, que será julgado procedente ou improcedente, ou de “providência”, que deverá ser explicitada.

**Espécies:**

**Dispositivo direto:** o julgador especifica a prestação imposta. Ex: “Condene o réu a pagar ao autor a quantia pedida”; “Condene o réu a indenizar o autor na importância a ser apurada em liquidação”.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**Dispositivo indireto:** o julgador limita-se a declarar procedente ou improcedente a pretensão. Ex: “Julgo procedente a ação, na forma do pedido” (SANTOS, 1981; THEODORO JUNIOR, 2007).

**Decisão suicida:** decisão que não guarda a necessária vinculação lógica entre os fundamentos e a conclusão trazida no dispositivo.

**Art. 489, § 3º, CPC/2015.** *A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.*



### **PONTO 3: ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS DELIBERAÇÕES COLEGIADAS**

#### **NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS VOTOS**

**Etimologia:** “Do latim *votum*, de *votare* (prometer, fazer promessa, eleger, ou escolher pelo voto), na linguagem jurídica, em amplo conceito, é a **manifestação da vontade**, ou a opinião manifestada, pelo membro de uma corporação, ou de uma assembleia, acerca de certos fatos e mediante sistema, ou forma, preestabelecida.

**Conceito:** O voto é a opinião manifestada, ou a ser manifestada, a respeito de outros fatos, indicando-se uma decisão, um parecer, ou uma deliberação. Neste caso, o voto é deliberativo, ou decisivo, e consultivo.

#### **PREMISSAS LÓGICO-ARGUMENTATIVAS DOS VOTOS**

**Congruência entre os votos:** para se analisar a relação argumentativa dos votos, deve-se compreender a congruência existente entre eles.

A congruência entre os votos pode ser:

- congruência de argumentação;
- congruência de resultado.

#### **CONGRUÊNCIA DE ARGUMENTAÇÃO**

##### **Juízo de cognição**

##### **Juízo de admissibilidade e juízo de mérito:**

Juízo de admissibilidade (prelibação): validade do procedimento ou à aptidão para a prolação do ato final.

Juízo de mérito (delibação): diz respeito ao objeto litigioso.

#### **2. Concorrência e dissidência de fundamentação (Cf. PIMENTEL, 2015):**

**Fundamento condutor:** representado pelos fundamentos contidos no voto condutor da tese vencedora.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**Fundamento coincidente:** fundamento contido no voto que acompanha a tese vencedora e que corresponde à mesma fundamentação expendida no voto condutor.

**Fundamento complementar:** acrescenta fundamento adicional em relação ao fundamento condutor, concordando com o resultado alcançado pela maioria.

**Fundamento concorrente:** concorda com o **resultado** alcançado pela maioria, mas discorda da **fundamentação** que levou àquele resultado.

Ex: expressão “*mantenho a decisão por outros fundamentos*”.

**Fundamento dissidente (ou divergente):** é aquele fundamento trazido pelo julgador que, **discorda de argumentação** do voto condutor **e do dispositivo** da decisão proferida (resultado).

## **CONGRUÊNCIA DE RESULTADO**

### **Espécies de resultado:**

#### **1. Em relação à cognição:**

Não conhecimento;  
Conhecimento total;  
Conhecimento parcial;  
Provimento total;  
Provimento parcial;  
Desprovimento.

#### **2. Em relação aos membros do órgão colegiado:**

Decisão por unanimidade;  
Decisão por maioria.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

## **TIPOLOGIA DOS VOTOS (PIMENTEL, 2015)**

No que importa ao raciocínio de análise do conteúdo das decisões colegiadas para fins de elaboração de ementas, pode-se identificar os seguintes tipos de votos:

1. *Obiter dictum*;
2. Ressalva de entendimento;
3. Voto vista;
4. Voto *Per Curiam*.

### **1. Obiter Dictum**

#### **Conceito:**

Trata-se de um comentário incidental, não necessariamente feito sobre a formulação de uma decisão, realizado pelo julgador em seu voto (MERSKY & DUNN, 2002, p. 34).

Contrapõe-se ao conceito de *Ratio Decidendi* (ou *Holding*).

As razões de decidir são expressas pelos **fundamentos do voto** responsáveis por **atingir e embasar a conclusão** do caso.

### **Obiter dictum – espécies (PIMENTEL, 2015):**

- a. Considerações do Juízo;
- b. Registro da história procedimental dos autos ou registro histórico do entendimento do órgão julgador/relator;
- c. Posicionamento do órgão julgador diverso da hipótese dos autos;
- d. Lição doutrinária.

**a. Considerações do Juízo:** adiantamento do mérito nas hipóteses em que as questões não ultrapassam a barreira do conhecimento.

**b. Registro da história procedimental dos autos ou registro histórico do entendimento do órgão julgador/relator**

**b.1. História procedimental (sílabo):** trata-se de um sumário do caso, registrando sua história procedimental.

*Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**b.2.Registro histórico do entendimento do órgão julgador/relator:** registro do histórico do entendimento do órgão julgador ou do relator do acórdão em relação a uma determinada tese.

**c. Posicionamento do órgão julgador diverso da hipótese dos autos:** ocorre quando o julgador aborda determinada matéria sem aplicá-la ao caso concreto.

**d. Lição doutrinária:** O julgador utiliza como fundamentação de seu voto uma lição doutrinária pertinente à matéria efetivamente discutida nos autos.

## **2. Ressalva de entendimento:**

**Conceito:** ocorre quando o julgador, apesar de acompanhar o posicionamento firmado pelo órgão, ressalva seu entendimento, manifestando um entendimento contrário àquele firmado em relação à mesma tese objeto de julgamento.

## **3. Voto vista**

**Conceito:** é o tipo de voto proferido pelo magistrado que formulou pedido de vista no bojo da sessão de julgamento, o qual, normalmente, será suspenso até que o julgador que o tenha formulado restitua ao órgão julgador os autos que lhe foram disponibilizados por determinado prazo (PIMENTEL, 2015).

## **4. Voto Per Curiam**

**Conceito:** trata-se de um voto do tribunal que expressa sua decisão no caso, mas cujo autor/prolator não é identificável.

Ex. Lei 12.694/2012 (Combate ao Crime Organizado) e a figura do “juiz sem rosto”.

### **PARTE III - PRÁTICA**

Olá, caro participante!

A parte prática para fixação dos conceitos apresentados na Etapa 1 deste curso será realizada em nosso primeiro encontro presencial. Na ocasião, teremos a oportunidade de trocar ideias, reavaliar conceitos adquiridos, suscitar dúvidas e compartilhar experiências por meio de um estudo de caso.

Nessa oficina, nos agruparemos em grupos de trabalho. Iremos fazer a leitura integral do acórdão e identificar seus elementos lógico-jurídicos, conforme a metodologia exposta no treinamento quanto à análise da congruência entre os votos.

***Após a leitura e análise do acórdão, iremos, em conjunto, identificar:***

1. Qual é o órgão julgador;
2. Qual é o voto condutor (se do relator, se de voto divergente);
3. Se há voto vencido;
4. Se há voto vista ou voto vogal;
5. Se há voto divergente;
6. Se o voto que inaugura a divergência tornou-se condutor ou vencido.

**Quanto ao voto condutor:**

1. Quais as teses julgadas (questão jurídica decidida/ratio decidendi);
2. Se há *obiter dictum*;
3. Caso haja *dicta*, quais espécies foram encontradas (ex., sílabo, lição doutrinária, considerações do julgador, histórico dos autos, etc).

**Quanto aos demais votos:**

1. Se há fundamento coincidente, concorrente ou divergente.

Ao final, iremos fazer a consolidação dos raciocínios adquiridos, com o intuito de compreender a importância da sistematização de tais raciocínios durante a tarefa de elaboração de uma ementa jurisprudencial. Assim, estaremos prontos para avançar em direção à próxima etapa do nosso curso, que é a redação do resumo jurisprudencial propriamente dito.

Bons estudos e mãos à obra!

*Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

## **SEGUNDA ETAPA: ESTUDO DAS EMENTAS JURISPRUDENCIAIS (ELABORAÇÃO DO RESUMO)**

### **PARTE I – COMPREENDENDO A FUNÇÃO DOS RESUMOS JURISPRUDENCIAIS**

#### **METODOLOGIA DE ANÁLISE**

É possível estabelecer uma metodologia de análise baseada em um determinado raciocínio técnico que permita a extração de teses jurisprudenciais contidas nos acórdãos/decisões e sua síntese em documentos que possam representar, de forma paradigmática, o entendimento do órgão jurisdicional sobre determinado tema?

#### **PONTO 1: SISTEMATIZADORES DA JURISPRUDÊNCIA E FUNÇÃO DO PRECEDENTE**

##### **Papel dos sistematizadores da jurisprudência**

##### ***Origem histórica***

##### **Advento do *Corpus Juris Civilis* Romano e livro do Digesto:**

**Jurisperitos (ou jurisconsultos):** profissionais da área jurídica que, com seu conhecimento técnico, procuravam empreender métodos de análise e organização das teses jurídicas sob um viés jurisprudencial com o fim de facilitar a identificação e o acesso a tais informações.

##### ***A Escola dos Glosadores:***

**Glosas:** interpretações feitas pelos juristas da época ao *Corpus Juris Civilis*.

**Objetivo:** auxiliar os estudiosos e os magistrados na aplicação do texto aos casos concretos.

##### ***Summae:***

**Espécie:** um dentre os vários esquemas interpretativos da jurisprudência da

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

época, aproximando-se do que é por nós denominado “resumo jurisprudencial” (PIMENTEL, 2013).

**Função:** exposições voltadas para resumirem o conteúdo de um título ou livro do *Corpus Juris* (MACHADO, 2006).

### **Jurisprudência Sistematizada e Pesquisa Jurídica**

#### ***Importância da Pesquisa Jurídica***

**Comunicação digital:** amplia seu papel no mundo técnico-jurídico, evidenciando a necessidade de organização da jurisprudência para que haja a recuperação eficiente das teses firmadas pelos Tribunais, especialmente com o propósito de possibilitar a pesquisa jurídica.

### **O Precedente Jurisprudencial**

**Conceito:** unidade singular e representante de um conjunto de decisões a eles similares quanto a uma mesma questão jurídica, conjunto esse que pode ser identificado como a jurisprudência de um determinado tribunal (PIMENTEL, 2013).

#### **Vínculo entre precedente jurisprudencial e ementa:**

***Propõe-se uma abordagem eminentemente jurídica daquelas informações que devem ser extraídas de um precedente jurisprudencial, para que possam ser fornecidos resumos jurisprudenciais adequados e fiéis à retratação dessas teses em bases de pesquisa de jurisprudência disponibilizadas à comunidade jurídica (PIMENTEL, 2013).***

## **PONTO 2: A REPRESENTAÇÃO DE TESES JURÍDICAS EM RESUMOS JURISPRUDENCIAIS**

### **Fatores de desconhecimento quanto ao tratamento sistematizado das teses jurisprudenciais**

- a) Desconhecimento quanto à natureza documental da ementa;
- b) Desconhecimento quanto à natureza jurisprudencial da ementa;
- c) Desconhecimento sobre os fundamentos da pesquisa jurídica;
- d) Desconhecimento sobre técnicas de elaboração de resumos jurisprudenciais.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

### **Noções de tratamento da informação jurisprudencial:**

**Proposta:** *aprender técnicas analíticas e sistematizadas de análise e disponibilização das teses jurídicas contidas nos precedentes (decisões e acórdãos) sob um viés jurisprudencial e em forma de resumos (PIMENTEL, 2013).*

### **Conceitos documentários de tratamento da informação jurídica**

#### **Sistema de Informação**

**Representação do conteúdo:** representação em **linguagem natural**, que é o caso do resumo, ou de **linguagem documental**, quando a indexação não é livre (GONZÁLES, 2004).

**Tipologias de tratamento:** o tratamento dos documentos, após a adequada análise de seu conteúdo, pode ser realizado mediante indexação em **linguagem controlada** ou em **linguagem livre**.

#### **Diferença entre indexação e redação de resumos**

**Objetivo principal do resumo:** indicar de que trata o documento ou sintetizar seu conteúdo, mediante uma descrição narrativa do texto.

**Objetivo principal da indexação:** servir como pontos de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado, durante uma busca por assunto num índice publicado ou numa base de dados eletrônica (LANCASTER, 2004).

#### **Etapas de análise**

**Análise conceitual:** quais os aspectos a realçar?

**Tradução:** conversão da análise conceitual em frases.

#### **Análise para elaboração de ementas:**

Caberá ao analista de jurisprudência que aprecia o texto escolher as **palavras adequadas** a serem inseridas no produto de sua análise, que será o **resumo jurisprudencial das teses contidas na decisão**, não devendo se preocupar, nesse produto específico, com a **criação de índices de indexação**, senão com a **transmissão semântica do conteúdo relevante contido no texto** (PIMENTEL, 2013).

#### **Relevância do resumo na pesquisa jurídica**

*Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*



**Acesso à informação:** necessidade de se desenvolver um **meio mais rápido e sucinto de acessar a informação**, a fim de que o pesquisador pudesse ter uma efetiva **economia de tempo de investigação** (GUIMARÃES, 2004).

### **O resumo jurisprudencial**

#### **Conceito de resumo jurisprudencial:**

*Resumos jurisprudenciais são a representação, mediante uma síntese analítica, de informações sobre as questões centrais de direito que emergem de um determinado acórdão e que possam representar, de forma paradigmática, o entendimento do órgão jurisdicional sobre determinado tema, com o fim de disponibilizar tal representação em bases de pesquisa de jurisprudência (PIMENTEL, 2013).*

#### **Características**

Caráter instrumental;

Caráter paradigmático;

Informatividade;

Autonomia;

Não é resenha;

Não-exclusividade;

Produto especializado;

Desvinculado da prestação jurisdicional;

Objetivo próprio (em relação ao próprio acórdão);

Diferentes formas de representação.

### **PONTO 3: ESPÉCIES DE RESUMO JURISPRUDENCIAL OFERECIDAS EM BASES DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA (STJ)**

#### **Espécies:**

- a) Ementas;
- b) Enunciados de jurisprudência;
- c) Informativos de Jurisprudência;
- d) Entendimentos de Jurisprudência.

*Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

## **Ementas**

**Conceito:** resumo técnico das teses jurídicas julgadas no acórdão.

**Espécie de resumo jurisprudencial:** no Brasil, a ementa se apresenta como a espécie de resumo jurisprudencial mais conhecida pelos operadores do Direito.

**Origem etimológica:** A palavra ‘ementa’ origina-se do neutro plural de *ementum* (do verbo latino *eminiscor*), que significa anotações, apontamentos, coisas a lembrar. CAMPESTRINI, 1994).

**Áreas jurisprudencial e administrativa:** constitui atualmente o dispositivo (regra de conduta) resultante da decisão ou do parecer, passando a ter força de lei entre as partes ou no âmbito do órgão. (CAMPESTRINI, 1994).

### ***Características***

Espécie de resumo jurisprudencial;

Ideia de enunciado da tese;

Documento contíguo ao acórdão;

Criado em momento posterior ao acórdão;

Resumo informativo;

Fonte de informação jurídica.

### ***Previsão no ordenamento jurídico***

*Art. 943, CPC/2015. Os votos, os acórdãos e os demais atos processuais podem ser registrados em documento eletrônico inviolável e assinados eletronicamente, na forma da lei, devendo ser impressos para juntada aos autos do processo quando este não for eletrônico.*

*§ 1º Todo acórdão conterá ementa.*

*§ 2º Lavrado o acórdão, sua ementa será publicada no órgão oficial no prazo de 10 (dez) dias.*

**Ementa e partes do acórdão:** apesar de não fazer parte do corpo do acórdão (pois não está prevista no artigo 489 do CPC), é prevista expressamente no Código de Processo Civil, quando determina que “**todo acórdão conterá**

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**ementa”** (art. 943).

**Essencialidade:** há entendimento jurisprudencial firmado nos tribunais superiores em que **não é nulo o acórdão que não contenha ementa**.

**Inexistência e irrecorribilidade:** tratando-se de um resumo do texto do acórdão, **sua inexistência não impede a interposição de recurso nem a demonstração analítica da divergência**.

**Confronto entre ementa e notas taquigráficas: prevalecem as notas.** (Tribunal Superior do Trabalho. ED-RR nº 807959-35.2001.5.15.5555, Rel. Min. Rider de Brito, 5ª T., j. 21.05.2003, DJ 20.06.2003).

**Conflito de conteúdo entre ementa e voto: voto prevalece, pois é este que traz a correta fundamentação do acórdão** (Superior Tribunal de Justiça. EDcl no AgRg no Ag nº 973.577/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, j. 13.04.2010, DJe 29.04.2010).

### **Enunciados de Jurisprudência**

#### ***Conceito***

**Espécie de resumo jurisprudencial:** no Brasil, a base de dados de pesquisa pública mais conhecida que oferece esse tipo de resumo é a da página de pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

**Apresentação:** oferecido em um relatório descritivo com a análise de determinado acórdão, denominado de “Espelho do Acórdão”.

**Dados:** Esse relatório apresenta o resultado da pesquisa na base de acórdãos, fornecendo dados do inteiro teor do acórdão que foram lançados em campos específicos, para fins de resgate (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2013).

**Campo Informações Adicionais:** dentre os diversos campos do espelho do acórdão, está disponível o campo “Informações Adicionais”. O campo fornece um resumo jurisprudencial contendo enunciados relacionados às teses apreciadas no inteiro teor do acórdão que não constam da ementa, de forma complementar à ementa.

### **Informativos de Jurisprudência**

#### ***Informativos do Superior Tribunal de Justiça***

**Escopo:** oferece o resumo dos principais julgamentos ocorridos em todos os órgãos julgadores da Corte.

**Forma de análise:** As sessões de julgamento são acompanhadas por um  
*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

servidor com formação jurídica, que fica atento a novas teses firmadas, alterações na jurisprudência e aplicação de entendimentos já consolidados em casos emblemáticos (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

**Objetivo:** busca ser conciso, apresentando textos curtos a fim de que os pesquisadores possam obter a informação essencial no menor tempo possível. Busca chamar a atenção da comunidade jurídica quanto a uma decisão recém-tomada, antes do acórdão ser publicado no Diário de Justiça.

### **Entendimentos de Jurisprudência**

**Conceito:** resumos jurisprudenciais feitos a partir da pesquisa e extração de teses jurídicas contidas em um conjunto de acórdãos proferidos pelos órgãos colegiados dos tribunais e que indicam, por meio desse conjunto representativo de julgados, o entendimento do órgão sobre determinada questão jurídica (PIMENTEL, 2013).

### ***Entendimentos do Superior Tribunal de Justiça***

**Definição:** resumos sintéticos, elaborados pela Secretaria de Jurisprudência, a partir de conjuntos de precedentes dos órgãos fracionários daquele tribunal, revelando congruência ou divergência de entendimentos dentro do mesmo órgão ou entre eles (PIMENTEL, 2015).

**Exemplo:** Boletim “Jurisprudência em teses.”

## PARTE II – FASE DE TRADUÇÃO DA EMENTA

### PONTO 1: ESTRUTURA DA EMENTA

#### Partes da ementa

**Elementos da ementa:** para a maioria dos autores, a ementa é formada por duas partes: **verbetação** (indexação ou cabeçalho) e **dispositivo**.

Para AGUIAR JUNIOR (2008), os elementos da ementa são **cabeçalho, dispositivo, conclusão e indicação da fonte**.

#### VERBETAÇÃO

##### **Conceito:**

“É a sequência de palavras-chave, ou de expressões, que indicam o assunto discutido no texto.” (CAMPESTRINI, 1994).

“Consiste na parte superior e introdutória da ementa jurisprudencial, sendo composto por um conjunto de palavras-chave representativas da temática geral do acórdão” (GUIMARÃES, 2004).

**Linguagem controlada:** o cabeçalho poderá se utilizar de uma linguagem controlada ou tesauros, e referir os temas que serão tratados na ementa (AGUIAR JUNIOR, 2008).

**Eleição das palavras:** Deve-se evitar a verbetação constituída por **relação das palavras ou sentenças consideradas mais importantes no dispositivo**, o que as assemelha a um **resumo estruturado**.

##### **Exemplo:**

“Apelação cível – Ação de indenização – Motorista funcionário de sócio administrador de economia familiar – Responsabilidade pelos atos do motorista – Colisão em rodovia – Veículo que para adentrar via secundária à direita, reduz a quase zero a velocidade e, na manobra, utiliza o eixo central da pista – Colisão por veículo que vem atrás – Início de noite – Culpa do condutor do veículo da frente – Apelo provido para, em reformando a sentença, integrar o co-réu à lide, julgar procedente a ação e condenar os réus a indenização, nos termos do pedido, invertendo-se o ônus da sucumbência.” (Omissis) (CAMPESTRINI, 1994).

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

**Sentenças:** a verbetização não deve conter sentenças, como, v.g., transcrição de enunciados sumulares.

Exemplo:

“Súmula 28. O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor. Alienação fiduciária” (CAMPESTRINI, 1994).

**Crítérios para redação, conforme GUIMARÃES (2004):** os verbetes devem ser escritos com:

- a) Controle de vocabulário;
- b) Regras sintáticas para a disposição dos descritores (ordem de citação);
- c) Especificidade quanto à representação dos Institutos Jurídicos.

## **DISPOSITIVO**

### **Conceito:**

“Dispositivo é a regra resultante do julgamento do caso concreto.” (CAMPESTRINI, 1994).

“Do dispositivo depreende-se uma característica normativa (regra) a partir da atividade jurisdicional (julgamento de um caso concreto), o que revela sua normatividade quanto à forma.” (GUIMARÃES, 2004).

“Trata-se da parte principal da ementa, expresso por meio de enunciados que traduzem a norma judicializada objeto do acórdão”. (AGUIAR JUNIOR, 2008).

“Caso a ementa trouxer **mais de um parágrafo**, deverão estes ser enumerados em ordem crescente, **trazendo, cada um deles, um enunciado jurisprudencial sobre uma tese jurídica autônoma abordada no acórdão**, com **sentido completo** e sem exigir do pesquisador que se reporte também ao cabeçalho. Nele, deve conter ainda a indicação do artigo de lei analisado no julgado” (AGUIAR JUNIOR, 2008).

### **Características do dispositivo**

**Originalidade:** deve ser original, evitando reproduzir texto de lei, de doutrina ou de enunciado sumular.

Exemplo:

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

## AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

1. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
2. (omissis)"

**Abstração:** deve ser abstrato, não podendo, assim, referir-se a elementos concretos.

Exemplo:

"Mandado de segurança contra decisão do Dr. Juiz de Direito de Porto Velho, comarca do Estado de Rondônia (...)." (CAMPESTRINI, 1994).

**Crítérios para redação, conforme CAMPESTRINI (1994):** os dispositivos devem ser escritos:

- a) Em parágrafos distintos da verbetização;
- b) Um parágrafo por assunto;
- c) Em caracteres diferentes (o autor aconselha o itálico);
- d) Sem serem enumerados nas ementas compostas, uma vez que a verbetização já os distingue;
- e) Sem neles incluir-se a decisão, por meio das expressões "recurso provido", "apelação não-conhecida", etc;
- f) Apresentando uma verbetização e um dispositivo separado para cada assunto.

## CONCLUSÃO E FONTE

**Outros elementos:** para alguns autores, como AGUIAR JUNIOR (2008), além da verbetização e do cabeçalho, são ainda elementos da ementa a **conclusão** e a **fonte**.

## CONCLUSÃO

**Conceito:** a conclusão da ementa **mostra o resultado do julgamento** em relação ao conhecimento e provimento da demanda, indicando, ainda, a eventual existência de voto vencido.

FONSECA (2007), GUIMARÃES (2004) e CAMPESTRINI (1994), dentre

*Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

outros, desaconselham a indicação do resultado do julgamento no corpo da ementa.

## **FONTE**

**Conceito:** expressa as referências de remissão do precedente, quais sejam, a sigla do tribunal, a sigla e número do processo, o órgão julgador, o relator e a data, devendo ser incluídas no final da ementa quando de sua publicação em repositórios de julgados.

**Dados identificativos:** a fonte **não é elemento integrante** do resumo jurisprudencial denominado ementa. As informações referidas na verdade **farão parte do relatório de jurisprudência de um precedente** (conhecido ainda como *Law Report*, Repertório de jurisprudência ou Espelho do Acórdão), do qual a ementa, provavelmente, será **um de seus campos (ou partes)**. (PIMENTEL, 2013).

## **PONTO 2: CLASSIFICAÇÃO DAS EMENTAS**

### **Quanto à variedade de temas**

**Simples:** contém apenas um dispositivo, proveniente de um só ponto controvertido (CAMPESTRINI, 1994). Exemplo:

“Administração pública. Atendimento hospitalar. Recém-nascido. Negligência. Omissão. Morte. Danos morais.

A morte do recém-nascido, vítima de mau atendimento no parto por deficiência do serviço público, falta de aparelhamento clínico e médico pediatra, caracteriza negligência e omissão da Administração, compondo o nexo de causalidade a impor indenização. (Omissis).”

**Composta:** contém mais de um dispositivo, resultante, cada um deles, de cada contraditório. (CAMPESTRINI, 1994).

Exemplo:

“PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EX-FERROVIÁRIO. PENSÃO POR MORTE (DIB.: 20/04/1978 - ORIGINADA DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO CONCEDIDA EM 01/11/1974). CÁLCULO DA RMI. ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. CORREÇÃO DOS 24 SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIORES AOS 12 ÚLTIMOS. POSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.

1. A situação dos autos abrange relação de trato sucessivo, de forma que, subsistindo o próprio direito de fundo, a inércia da titular macula com a prescrição as prestações anteriores ao quinquênio que precede à propositura da ação. Nesse

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*



sentido, a Súmula nº. 85 do STJ.

2.. É pacífica a jurisprudência no sentido de que os vinte e quatro salários-de-contribuição anteriores aos doze últimos, para efeito de cálculo de benefícios previdenciários concedidos antes da CF/88, devam sofrer atualização monetária de acordo com a variação das ORTN/OTN/BTN, nos termos da Lei nº. 6.423/77.

*(omissis)*

5. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.

6. Os juros moratórios são devidos no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a edição da Lei nº. 11.960/2009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança.  
*(Omissis)*

7. Apelação da União improvida. Remessa oficial parcialmente provida, nos termos dos itens 5 e 6.”

### **Quanto ao tipo temático (GUIMARÃES, 2004)**

**Ementas de Direito material:** ocorre quando o posicionamento do órgão julgador ocorre a partir de uma questão substantiva do Direito, v.g., férias, estabilidade provisória.

Exemplo:

“AGRAVO INTERNO. RESERVA DE PLENÁRIO. INAPLICABILIDADE. ALIMENTOS. RENÚNCIA. NECESSIDADE POSTERIOR. SÚMULA 336/STJ.

1. *(Omissis)*.

2. A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente. (Súmula 336/STJ).

3. Agravo ao qual se nega provimento.

*(Omissis).*”

**Ementas de Direito processual:** ocorre quando a questão discutida for de natureza processual, ligada a requisitos, trâmites e formalidades exigíveis de um processo.

Exemplo:

“ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRA EX-PREFEITO. CONVÊNIO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIO. CARÊNCIA DA AÇÃO. COMPETÊNCIA. TRIBUNAL DE CONTAS.

I - É pacífica a jurisprudência desta colenda Corte, no sentido de que compete ao Tribunal de Contas o processo e o julgamento da ação de prestação de contas contra ex-prefeito, não cabendo ao Poder Judiciário tal mister, ex vi do artigo 71, c/c o artigo 75, ambos da CF/88.

II – (Omissis).”

### **Quanto à esfera de abrangência (GUIMARÃES, 2004)**

**Ementa genérica:** estabelece uma regra de conduta geral, possuindo estrutura eminentemente normativa e caracterizando-se pela impessoalidade.

Exemplo:

“TRIBUTÁRIO – RECURSO ESPECIAL - ART. 43 DO CTN – VERBAS INDENIZATÓRIAS – DANOS MORAIS E MATERIAIS – AUSÊNCIA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL - IMPOSTO DE RENDA - NÃO INCIDÊNCIA.

1. O fato gerador do imposto de renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica decorrente de acréscimo patrimonial (art. 43 do CTN).
2. Não incide imposto de renda sobre as verbas recebidas a título de indenização quando inexistente acréscimo patrimonial.
3. Recurso especial não provido.”

**Ementa específica:** possui aplicabilidade na estrita dependência das ocorrências daquele determinado processo (referenciais), somente se aplicando às condições dos processos em que foram geradas.

Exemplo:

“RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE FERROVIÁRIO. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS. FLUMITRENS E SUPERVIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SUCESSÃO EMPRESARIAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA SUPERVIA PARA RESPONDER POR ILÍCITOS ATRIBUÍDOS À FLUMITRENS.

1. Para efeito do art. 543-C do Código de Processo Civil, ficam aprovadas as seguintes teses: I) a concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros em favor da SUPERVIA, mediante prévio procedimento licitatório, não implicou sucessão empresarial entre esta e a FLUMITRENS; II) a SUPERVIA

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

não tem legitimidade para responder por ilícitos praticados pela FLUMITRENS à época em que operava o serviço de transporte ferroviário de passageiros.

2. (Omissis).”

### **Quanto à forma de apresentação (GUIMARÃES, 2004)**

**Ementa topicalizada:** composta por uma longa extensa verbetagem, não apresentando qualquer dispositivo. Não é tecnicamente uma ementa, e sim um índice de palavras-chave.

Exemplo:

“ORDINÁRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. PARCELAS EFETIVAMENTE DESCONTADAS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA DEMANDANTE, REFERENTE A CONTRATO DE MÚTUO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. INCONTESTE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO A ENSEJAR A REPARAÇÃO PELOS PREJUÍZOS OCASIONADOS. LAUDO PERICIAL GRAFOTÉCNICO ATESTANDO A FALSIFICAÇÃO DA ASSINATURA DA DEMANDANTE NO CONTRATO. APELANTE QUE NÃO LOGROU COMPROVAR QUALQUER EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE PREVISTA NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA. DEVER DE CUIDADO NÃO OBSERVADO, CONQUANTO POSSUA MEIOS PARA TANTO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS E ARBITRAMENTO DE VERBA COMPENSATÓRIA, A TÍTULO DE DANOS MORAIS, CORRETAMENTE DETERMINADOS. QUANTUM ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. DETERMINAÇÃO DA CÂMARA NO SENTIDO DE QUE SE OFICIE AO BANCO CENTRAL DO BRASIL A FIM DE QUE SE PROCEDA A UMA AUDITORIA EXTERNA PARA A APURAÇÃO DA FRAUDE. RECURSO CONHECIDO, AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (Omissis).”

**Ementa textualizada:** ocorre quando existe uma parte dispositiva em forma de texto, tratando-se de um resumo informativo. Constitui-se na normalidade das ementas.

Exemplo:

“TRIBUNAL DE CONTAS – ATUAÇÃO – NATUREZA.  
A atividade do Tribunal de Contas é exercida no campo administrativo.  
CONTRADITÓRIO – PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL – ADEQUAÇÃO.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

A exigibilidade do contraditório pressupõe o envolvimento, no processo administrativo, de acusado ou de litígio. Descabe observá-lo em julgamento implementado pelo Tribunal de Contas da União ante auditoria realizada em órgão público.

DECADÊNCIA – ARTIGO 54 DA LEI Nº 9.784/99 – ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS – ADEQUAÇÃO.

Aplica-se à atuação do Tribunal de Contas o disposto no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, presente situação jurídica constituída há mais de cinco anos.

(Omissis).”

### PONTO 3: CARACTERÍSTICAS DAS EMENTAS

**Requisitos ou características:** conforme CAMPESTRINI (1994), a ementa elaborada de forma técnica deverá se pautar por determinadas características que, em última análise, são as mesmas que devem governar a confecção de qualquer espécie de resumo jurisprudencial.

**Dispositivo da ementa:** tais características são relacionadas à parte do dispositivo da ementa, já que **é nessa parte que se formula os enunciados com as teses jurídicas extraídas do acórdão prolatado.**

#### Características das ementas, conforme CAMPESTRINI (1994)

- 1) **Objetividade:** deve corresponder exatamente ao que foi decidido, não se aceitando palavras ou expressões de caráter subjetivo ou informações genéricas que são compreendidas apenas após a leitura do inteiro teor do acórdão.
- 2) **Concisão:** revelada pela utilidade de todas as suas palavras. Não se confunde com síntese, ainda que afaste a prolixidade.
- 3) **Forma afirmativa:** o dispositivo deverá ser elaborado na forma afirmativa, pois, ao indicar conduta, ordena “fazer ou deixar de fazer”, e não “fazer ou não fazer”; e o conceito deve indicar o que a coisa é, e não o que a coisa não é.
- 4) **Propositividade:** a ementa deverá ser redigida em forma de um enunciado com sentido completo, contendo sujeito, verbo, complementos e adjuntos. A propositividade pode ser estática ou dinâmica.

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

- 5) **Precisão:** as palavras na ementa deverão possuir um sentido exato e objetivo, evitando-se, assim, a utilização de termos em sentido figurado, arcaísmos e neologismos. Os termos técnicos devem ser utilizados apenas quando imprescindíveis.
- 6) **Univocidade:** o dispositivo é unívoco quando possui um único entendimento, sem ambiguidades. Deve-se preferir a ordem direta e evitar os sinônimos em detrimento do termo técnico.
- 7) **Coerência:** ocorre quando o texto apresenta lógica, nexos, coesão e harmonia entre suas partes.
- 8) **Correção:** conhecimento do vernáculo e da área técnica.

**Características das ementas, conforme GUIMARÃES (2004)**

GUIMARÃES cita mais três características fundamentais às ementas:

- 9) **Independência:** inteligibilidade fora do texto original.
- 10) **Análise previa:** a ementa deverá seguir uma metodologia de análise conceitual, requisito para que se proceda à sua posterior redação.
- 11) **Seletividade:** tratando-se de um instrumento para a pesquisa, deve fazer emergir a questão fundamental do julgado. A ementa deve, ainda, representar todas as teses apreciadas no inteiro teor do acórdão, devendo o analista prevenir, ainda, a dificuldade de identificação das questões fundamentais (PIMENTEL, 2013).

### PARTE III – FASE DE ANÁLISE CONCEITUAL

#### PONTO 1: METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE EMENTAS

##### Técnicas para elaboração das ementas

**Disponibilização das informações da decisão ou acórdão:** não pode ser feita de modo desregrado, sob pena de **comprometer o próprio acesso** a esses documentos ou ainda culminar na **transmissão deficitária ou equivocada das teses** consagradas pelos tribunais em reiteradas decisões, resultantes da aplicação de normas a casos semelhantes (PIMENTEL, 2013).

**Metodologias de análise:** apresenta-se uma metodologia de análise desenvolvida sob um raciocínio eminentemente jurídico e **criada para possibilitar a extração das teses jurisprudenciais** contidas nos acórdãos que podem servir como base para a **síntese dessas teses em resumos jurisprudenciais**, dentre os quais a ementa é espécie.

##### Metodologia integradora do resumo com a função do precedente judicial

(PIMENTEL, 2013)

**Proposta:** metodologia de **identificação das informações contidas em acórdãos que possuam relevância jurisprudencial**, com o objetivo de **representá-las em relatórios analíticos** disponibilizados em **bases de pesquisa de jurisprudência e na forma de resumos**.

**Base teórica:** efetuando-se uma análise comparada de metodologias, encontram-se algumas **regras generalizantes de extração das informações jurisprudenciais contidas no acórdão** (análise do documento *per se* ou grupo de acórdãos representando mesmo entendimento).

**Metodologias avaliadas:** Raciocínio lógico-jurídico para identificação da tese jurídica (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA/SJR, 2013); Abordagem de pesquisa de jurisprudência em quatro etapas (WISCONSIN, 2012); Método FILAC de avaliação do problema jurídico (Ottawa, 2011); e Teoria dos elementos teórico-metodológicos para elaboração de ementas (GUIMARÃES, 2004);

##### Vinculação dos elementos do resumo à extração de uma tese paradigmática

**Vinculação entre elementos e função do precedente:** proposta sugere

*Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.*

que a identificação desses elementos no corpo dos acórdãos seja feita sempre de maneira conjugada com a função desempenhada pelo precedente judicial (PIMENTEL, 2013).

**Tarefa de decomposição do precedente:** Revela-se como uma nova proposta na medida em que vincula tais raciocínios ao processo analítico de escrita dos resumos jurisprudenciais.

**Etapas de análise:** Problema jurídico + Fatos relevantes + Motivos determinantes da decisão + Posicionamento do órgão julgador

**Método integrador do resumo com a função do precedente jurisprudencial (PIMENTEL, 2013)**

***Vincular elementos à extração de tese paradigmática:***

**Problema jurídico + Fatos relevantes + Motivos determinantes da decisão + Posicionamento do órgão julgador**

**Identificar problema jurídico** = questão de direito firmada no precedente

**Selecionar fatos relevantes** = fatos materiais + *discrímen* do caso

**Motivos determinantes da decisão** = razões de decidir (*holding/ratio decidendi*)

**Posicionamento do órgão julgador** = entendimento revelado no precedente sobre problema submetido à solução

© 2013 Direitos autorais de Kalyani Muniz Coutinho Pimentel.

**Análise do Problema Jurídico (PIMENTEL, 2013)**

***Identificação do problema jurídico***

- estabelecido pelo próprio autor do texto originário (o julgador);
- questões que requerem a decisão da Corte;
- a questão jurídica ou questões de um caso jurídico devem ser articuladas no contexto dos fatos do caso;
- não confundir com pedido da parte;
- deduz-se pela delimitação do problema central (ou problemas centrais) que emerge do precedente;
- vinculado ao conceito do precedente (não se reduz ao acórdão, possuindo qualidades externas que transcendem ao conteúdo da própria decisão).  
(MARINONI).

© 2013 Direitos autorais de Kalyani Muniz Coutinho Pimentel.



**Seleção dos fatos relevantes (Abordagem dos fatos materiais +  
Técnica do *discrímen*)**  
**(PIMENTEL, 2013)**

**Fatos relevantes = Fatos materiais + *Discrímen* do caso**

***Fatos materiais (Goodhart):***

- considerar quadro fático estritamente considerado pelo julgador no momento da apreciação do caso concreto;
- separar de outros fatos narrados na decisão (relatado pelas partes/trechos de outros precedentes utilizados).

***Discrímen do caso (Distinguishing):***

- localizar a semelhança factual juridicamente relevante;
- registrar fatos que podem ser identificados como potencialmente iguais em futuros precedentes;
- sopesamento hipotético entre os fatos da decisão analisada e os fatos que poderão ser úteis e a outras situações similares àquela que circunda a questão de direito identificada;
- desconsiderar meras particularidades do caso concreto sem relevância jurisprudencial ou de pouco interesse à comunidade jurídica.

© 2013 Direitos autorais de Kalyani Muniz Coutinho Pimentel.

Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.

**Identificação dos motivos determinantes da decisão (PIMENTEL, 2013)**

**Motivos determinantes da decisão (razões de decidir / *holding* / *ratio decidendi* )**

- pronunciamento necessário à tomada de decisão no caso concreto;
- expressa o entendimento do que foi efetivamente apreciado e julgado pelo órgão, de forma a representar seu entendimento jurisprudencial sobre a questão;
  - não confundir com fundamentação do acórdão;
- extrair do precedente apenas a conclusão jurídica generalizável e possível de ser associada a outros casos semelhantes;
- desconsiderar abordagens periféricas e irrelevantes em relação decisão do caso particular;
- diferente de *obiter dictum*: declarações prescindíveis, de fato ou de direito, expendidas pelo julgador a título explicativo, exemplificativo ou explanatório.

© 2013 Direitos autorais de Kalyani Muniz Coutinho Pimentel.

**Identificação do posicionamento do órgão julgador (PIMENTEL, 2013)**

**Posicionamento do órgão julgador**

- entendimento trazido no precedente sobre o problema a ele submetido para solução do caso concreto, do qual se extrai a tese jurídica firmada no órgão;
- verificado pela leitura integral do acórdão, porém a parte dispositiva do voto geralmente o explicita;
  - não se confunde com a resposta conferida às partes para solucionar as questões que não são de interesse para a comunidade jurídica sob um viés jurisprudencial;
- expressa, por meio do acórdão, a tendência de julgamento do próprio órgão julgador (“*stare decisis et non quieta movere*” ).

© 2013 Direitos autorais de Kalyani Muniz Coutinho Pimentel.

Fonte do material: Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.”. PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.

## **Oficinas de produção**

Prezado treinando,

Após a fixação dos conceitos apresentados na Etapa 2 do nosso curso, teremos dois encontros presenciais em que adotaremos como ferramenta didática a realização de oficinas em grupo, a fim de praticarmos as habilidades adquiridas até aqui. Chegou o momento de analisar o texto dos acórdãos e elaborar a ementa jurisprudencial com base na metodologia proposta na Parte III deste módulo.

Nossa tarefa será realizada da seguinte maneira:

**Primeira parte:** leitura do relatório e voto;

**Segunda parte:** identificação dos elementos das teses jurisprudenciais contidas na decisão, realizando sua vinculação à função do precedente;

**Terceira parte:** redação da ementa em sua formatação final (verbetamento e dispositivo).

Em sala de aula, apresentaremos algumas ferramentas didáticas que o auxiliarão na redação das ementas a partir das etapas de análise “Problema jurídico + Fatos relevantes + Motivos determinantes da decisão + Posicionamento do órgão julgador”:

**1-** Planilha para auxiliá-lo a identificar os elementos da tese jurisprudencial (abaixo).

**2-** Planilha com os principais termos descritores de posicionamento de órgão julgador que podem ser utilizados na redação do resumo

**3-** Planilha com os principais elementos de coesão que podem ser utilizados para introduzir os fatos relevantes da decisão no momento da redação do resumo

**4-** Planilha com os principais elementos de coesão que podem ser utilizados para introduzir os motivos determinantes da decisão na redação do resumo

<b>CURSO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS – FERRAMENTAS</b>
<p><i>Planilha para auxiliá-lo a identificar os elementos da tese jurisprudencial</i></p> <p><i>(SINTÉTICA)</i></p> <p>Fonte: Metodologia integradora do resumo com a função do precedente judicial (PIMENTEL, 2013).</p>
<p><i>Use esta planilha para realizar a análise conceitual do texto e identificar os elementos das teses jurisprudenciais a serem sintetizadas no resumo jurisprudencial.</i></p>
<p><b>Identifique o problema jurídico.</b> <i>(Preencha uma planilha para cada problema jurídico identificado.)</i></p>
<p><b>Selecione os fatos relevantes</b> <i>(Inicie o resumo utilizando um termo de coesão que expresse a descrição dos fatos relevantes considerados para sua elaboração, v.g., no caso de, quando, na situação em que, apesar de, etc.)</i></p>
<p><b>Identifique o posicionamento do órgão julgador.</b> <i>(Utilize no resumo um termo descritor que expresse o entendimento do texto, v.g., ocorre, caracteriza-se, existe, etc.)</i></p>
<p><b>Relacione os motivos determinantes da decisão.</b> <i>(Inicie com um conectivo explicativo, v.g., porque, portanto, pois, porquanto, uma vez que, em razão de, etc.)</i> <i>(Identifique cada uma das razões de decidir separadamente antes de condensá-las no resumo).</i></p>
<p><b>Transcreva os motivos determinantes da decisão:</b></p>

Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.

**Redija o resumo jurisprudencial.** (Escreva o parágrafo referente ao resumo jurisprudencial da tese jurídica completa que você identificou, reunindo nele cada um dos elementos acima identificados).

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

**Fonte:** Livro “Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados. PIMENTEL, Kalyani Muniz Coutinho. Curitiba: Juruá, 2015, p.179.

## MENSAGEM AO ALUNO

Caro alunno,

O treinamento que valoriza o aluno é aquele que lhe proporciona um material completo e de qualidade. Valorize o trabalho intelectual do pesquisador. Ao divulgar ou reproduzir trechos deste material por qualquer meio, não esqueça de citar a fonte. Obrigada e bons estudos!

Como citar este material: PIMENTEL, Kalyani Muniz Coutinho. **Curso “Ementas jurisprudenciais:** identificação de teses e redação de enunciados – Turma Superior Tribunal de Justiça. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 3-23 mai 2018. 45p. Apostila.

Fonte do material: Livro "Ementas Jurisprudenciais: manual para identificação de teses e redação de enunciados.". PIMENTEL, Kalyani. Curitiba: Juruá, 2015. Reg. nº 591.537 – Biblioteca Nacional.